Espaço em Revista | 2013

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

AS POLÍTICAS ESTATAIS E A TERRITORIALIZAÇÃO DA ITALAC ALIMENTOS EM CORUMBAÍBA (GO)

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro[1]
janaine_nana@hotmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça[2]
ufgmendonca@gmail.com

RESUMO

A centralidade deste artigo consiste em apresentar uma reflexão acerca da influência das políticas estatais na territorialização da agroindústria leiteira, Italac Alimentos, em Corumbaíba (GO). Tais reflexões fazem parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no Curso de Mestrado, cuja centralidade é compreender o processo de territorialização do Laticínio Italac Alimentos em Corumbaíba (GO) e a sua influência nas mudanças espaciais e nas relações de trabalho no Município. Nota-se que a territorialização do Laticínio é influênciada por uma série de fatores, dentre eles, estão: a significativa produção da bacia leiteira do Município e demais municípios da região; a sua posição geográfica que facilita o escoamento de mercadorias; a existência de mão de obra barata e sem qualquer organização sindical e reivindicatória no local; e, principalmente, os incentivos fiscais oferecidos pelo governo de Goiás e pela Prefeitura Municipal de Corumbaíba para sua instalação e ampliação por meio de programas de incentivo à indústria tanto no âmbito estadual como municipal. Daí a relevância de uma abordagem mais detalhada acerca da contribuição das políticas estatais nesse processo.

PALAVRAS-CHAVES: Territorialização. Italac Alimentos. Corumbaíba (GO). Políticas estatais.

STATE POLICIES AND TERRITORIALIZATION ITALAC OF FOOD IN CORUMBAÍBA (GO)

ABSTRACT

The centrality of this article is to present a reflection about the influence of State policies in the territorialisation of dairy agribusiness, food Italac Corumbaíba (GO). Such reflections are part of research being developed in the master's course, whose centrality is to understand the process of territorialization of Dairy Food in Italac Corumbaíba (GO) and their influence on spatial and changes in labor relations in the city. Note that the territorialisation of Dairy is influenced by a number of factors, among them are: the significant production of dairy basin of the city and other municipalities in the region; its geographical position that facilitates the flow of goods; the existence of cheap labor and without any trade union organization and

[1]Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/UFG, Campus Catalão/CAC. Membro do Núcleo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/GETeM/CNPq/UFG.

[2] Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão/CAC. Coordenador do Núcleo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/GETeM/CNPq/UFG.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

vindicatory on site; and, above all, the tax incentives offered by the Government of Goiás and the municipality of Corumbaíba for your installation and expansion through industry incentive programs both at the State level as. Hence the relevance of a more detailed approach about the contribution of State policies in this process.

KEYWORDS: Territorialisation. Food Italac. Corumbaíba (GO). State policies.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As reflexões ora apresentadas são partes da pesquisa que está sendo desenvolvida no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão (PPGGC/UFG/CAC). Esta pesquisa tem como centralidade compreender o processo de territorialização do Laticínio Italac Alimentos em Corumbaíba (GO), ou seja, do capital agroindustrial e financeiro, que culmina nas mudanças espaciais neste Município, que se estende ao campo e se evidencia, sobretudo, nas relações de trabalho. Em específico, pretende-se: apontar as estratégias de territorialização da agroindústria laticinista e o processo de reestruturação espacial da bacia leiteira em Corumbaíba (GO); analisar as relações sociais de trabalho na unidade produtiva da Italac Alimentos e nas unidades fornecedoras/produtoras de leite; identificar as diferentes formas de uso da terra e as disputas territoriais entre os novos sujeitos da relação capital-trabalho em Corumbaíba: o capital agroindustrial, os camponeses e as empresas rurais; e ainda, compreender o papel do Estado no processo de territorialização da agroindústria no Município.

Os procedimentos metodológicos fundamentais para a realização da pesquisa foram divididos em três etapas principais: a pesquisa teórica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Vale destacar que ambas estão sendo realizadas de forma concomitante. Durante a pesquisa teórica foi realizado um levantamento das informações disponíveis sobre as temáticas abordadas na pesquisa, que pudessem constituir fontes de dados e informações para a mesma. Já a pesquisa documental está sendo realizada em arquivos públicos, tais como projetos de lei, leis, ofícios e relatórios. Além disso, estão sendo pesquisadas fontes estatísticas e dados

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

censitários em órgãos oficiais, tais como, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN).

No que se refere à pesquisa de campo estão sendo realizadas visitas às unidades produtoras/fornecedoras de leite, tanto as unidades camponesas quanto as empresas rurais. Estas visitas são acompanhadas da observação participante e da realização de entrevistas. Estão sendo entrevistados os proprietários rurais, os trabalhadores das unidades produtivas de leite e ainda os trabalhadores do Laticínio, em suas moradias. A pesquisa de campo tem sido realizada com o apoio do diário de campo, um instrumento que possibilita o registro das impressões e informações obtidas no decorrer das visitas e entrevistas.

A centralidade deste artigo consiste em apresentar uma reflexão acerca da influência das políticas estatais na territorialização da Italac Alimentos em Corumbaíba (GO). Para isso, serão apresentados alguns aspectos da atuação do Estado na expansão do capital agroindustrial lácteo no País, tanto na fase da regulação estatal do setor lácteo, quanto na chamada fase da auto regulação. Além disso, serão abordadas as Instruções Normativas e seus efeitos no setor lácteo, e ainda, algumas das políticas estatais de modernização da pecuária leiteira em Goiás. Entende-se que esses fatores conjugados, dentre outros aspectos, contribuíram para a territorialização do Laticínio no Município.

Este artigo foi dividido em quatro partes, além da *Introdução* e das *Conclusões*, sendo: *O papel do Estado na expansão do capital agroindustrial lácteo* onde são evidenciadas a contribuição e a intencionalidade do Estado ao viabilizar a expansão do capital no campo por meio das ações de modernização; *As normativas sanitárias e o setor agroindustrial lácteo brasileiro* onde são apresentadas as Instruções Normativas IN 51 e IN 62 e seus principais efeitos no setor lácteo; *As políticas estatais de modernização da pecuária leiteira em Goiás,* na qual são abordados os principais programas e projetos de incentivo ao desenvolvimento regional no estado, bem como, a territorialização da agroindústria*;* e por último, *As políticas estatais e a territorialização da Italac Alimentos em Corumbaíba (GO),* onde são apresentadas as principais ações estatais que contribuíram para a instalação e ampliação do Laticínio no Município.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

O PAPEL DO ESTADO NA EXPANSÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL LÁCTEO

De acordo com Paulillo; Herrera; Costa (2005), o setor agroindustrial lácteo brasileiro é marcado por duas fases principais: a primeira entre 1945 e 1990, caracterizada pela regulação estatal agropecuária; e a segunda, a partir de 1991, conhecida como a fase da auto regulação láctea, que significou o início da reestruturação das bacias leiteiras do país. Na primeira fase, o desenvolvimento da atividade leiteira esteve vinculado à questão da regionalização produtiva e à questão da segurança alimentar nacional, durante as quais uma série de políticas públicas voltadas para o complexo agroindustrial lácteo e suas bacias produtivas eram regidas por decretos federais e pela realização de convenções regionais. Na segunda fase, a produção láctea foi marcada pela desregulamentação, pela abertura do mercado lácteo brasileiro e pelo distanciamento da questão social de atenuação da insegurança alimentar.

Durante o período da regulação estatal as bacias leiteiras tornaram-se exemplo da complexidade desse setor econômico, pois

> O nível tecnológico, a especificidade da agropecuária (tipos de rebanhos, produtores, cooperativas etc.), o aparato gerencial, a forma de comercialização e o predomínio de um modo de integração tornaram-se os principais fatores de diferenciação tecnológica e organizacional entre as diferentes bacias leiteiras nacionais (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2005, p. 153).

Já durante o período da auto regulação láctea motivada pela crise política e fiscal do Estado, tem-se

> [...] a abertura e a desregulamentação do mercado nacional, as bacias produtivas mais tradicionais sofreram impactos negativos, como a exclusão e a marginalização de pecuaristas, cooperativas e pequenas usinas de beneficiamento. Esse processo também atingiu a população carente, já que a ausência de políticas públicas específicas para as bacias lácteas impediu a criação de programas sociais regulares orientados à segurança alimentar dessas regiões produtivas (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2005, p. 154).

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

Entende-se que para compreender o complexo lácteo brasileiro é preciso compreender a sua trajetória ao longo desses períodos, com o intuito de perceber as políticas estatais, as mudanças técnicas e tecnológicas e seus desdobramentos na organização da pecuária leiteira no país, lembrando que "[...] a maior parte das atividades agroindustriais, como a extração, o beneficiamento e a distribuição leiteira, sempre estiveram envolvidas com a intervenção do Estado." (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2005, p. 154).

Observa-se que a territorialização da Italac Alimentos em Corumbaíba (GO) está relacionada à expansão do capital agroindustrial lácteo no Brasil e teve apoio massivo do Estado, embora ela tenha ocorrido na chamada fase de auto regulação do setor lácteo brasileiro. Nota-se que as políticas estatais de desenvolvimento econômico regional foram de suma importância para a instalação e ampliação da empresa no Município. Nesse sentido percebe-se que o Estado não se posiciona de forma imparcial diante do processo de expansão do capital, mas sim, está presente com sua ação mediadora e conciliadora.

A influência do Estado na territorialização da Italac Alimentos em Corumbaíba (GO) está relacionada à sua posição na sociedade capitalista frente às contradições sociais e ao fornecimento de condições favoráveis ao movimento de expansão do capital. Como exemplo tem-se a modernização da agricultura ocorrida nas áreas de Cerrado a partir dos anos 1970 e as políticas estatais de desenvolvimento econômico regional por meio de programas como o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização (Fomentar) e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) em Goiás. Nesse sentido, busca-se compreender como esses elementos inflenciaram/am na expansão do capital agroindustrial na cidade e no campo, e principalmente, na territorialização da empresa no Município.

Paiva Silva (2011) faz um estudo acerca da ação do Estado, o planejamento e as transformações no espaço agrário brasileiro, onde ressalta a necessidade de compreensão do espaço como resultado e condição para a ação da sociedade em sua relação com a natureza, sendo um espaço social. Este espaço, sob o

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

capitalismo baseado na sociedade de classes, é desigual e produzido com a ação mediadora do Estado. Essa ação do Estado se expressa,

> [...] de formas diversas, seja a partir de seus organismos de ação direta, ou entidades que desenvolvem ações mais indiretas, todas essas ações surgem a partir de projetos planejados, ou de um conjunto de políticas públicas, a exemplo dos Planos de Desenvolvimento Nacional ou dos Plurianuais, que estabelecem as diretrizes e interesses da ação do Estado para um determinado período de tempo (PAIVA SILVA, 2011, p. 44).

De acordo com Ianni (1996),

> [...] O Estado não é senão o poder total organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em face das classes exploradas, dos camponeses e dos operários. [...] O Estado moderno, por outro lado, não passa de uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições gerais do modo capitalista de produção contra os ataques, tanto dos operários, como de capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. E quanto mais forças produtivas passarem para sua propriedade, tanto mais se converterá em capitalismo coletivo, e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuarão sendo operários assalariados [...]. A relação capitalista, longe de se extinguir com estas medidas, tornar-se-á mais intensa [...] (IANNI, 1996, p. 219-220).

A existência de um Estado estável e consolidado significa garantias de reprodução para a acumulação do capital. O Estado constituiu papel fundamental na acumulação primitiva, usando seus poderes para privatizar e formar arranjos institucionais capitalistas. Entretanto, o Estado, ou conjunto de Estados, atualmente ainda exerce/m influências sobre o processo de acumulação do capital, em alguns casos, como agente ativo, ou mesmo, por meio de suas ações. É preciso reconhecer que "[...] quando se trata de batalhas em torno da hegemonia, do colonialismo e da política imperial [...] de aspectos mais mundanos das relações externas, o Estado [...] é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global." (HARVEY, 2005, p. 81). Assim, a acumulação do capital não necessita do Estado para funcionar, mas a

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

sua existência faz com que esse processo aconteça com menores riscos para os capitalistas. Isso acontece porque,

> [...] a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). Políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro e aos negócios e relações comerciais externos também têm de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios (HARVEY, 2005, p. 80).

Sobre o Estado é importante compreender que,

> [...] a contradição é uma característica fundamental do Estado sob o modo de produção capitalista [...] é produto dos antagonismos e contradições sociais [...] assume um papel de representar e garantir a manutenção da ordem social, e desta maneira estar a serviço da burguesia e das elites locais, [...] promovendo as condições necessárias para a acumulação do capital (PAIVA SILVA, 2011, p. 47).

Especificamente sobre a relação entre o Estado e a territorialização do capital no campo, Paiva Silva (2011) acrescenta ainda que,

> No processo histórico da produção do espaço agrário, o Estado tem uma presença constante e contraditória, que deve ser concebido não apenas como um elemento de conciliação ou de regulação da sociedade e dos conflitos característicos das classes sociais no capitalismo, mas eminentemente como representante e instrumento das classes sociais dominantes, tendo em vista que seus interesses foram sempre preservados e atendidos em detrimento das demandas sociais (PAIVA SILVA, 2011, p. 45).

A atuação do Estado na sociedade capitalista, contraditória e marcada pela luta de classes, não é imparcial. Pelo contrário, nota-se, em todos os âmbitos, a intencionalidade por parte das ações estatais em favor do capital garantindo a acumulação capitalista e a hegemonia da classe burguesa. O apoio do Estado na territorialização do capital agroindustrial lácteo segue essa mesma lógica, uma vez que preconiza a reprodução do capital nos diferentes setores que compõem a

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

cadeia produtiva do leite, ou melhor, os laticínios nacionais e transnacionais, cooperativas, empresas de insumos, instituições creditícias, e ainda, as unidades produtoras de leite.

Esse processo se evidencia nas políticas públicas de desenvolvimento da agricultura brasileira de um modo geral, a partir da década de 1970. Nesse período, a implantação da chamada *Revolução Verde* composta por medidas de inovações tecnológicas subsidiadas pelo Estado significou a consolidação dos grandes latifúndios e a legitimação da ocupação de terras públicas por grupos privados de empresários do agronegócio, significando mudanças profundas nas áreas de Cerrado brasileiro, tais como, o Sudeste Goiano.

A esse respeito, Paiva Silva (2011) afirma que o modelo de desenvolvimento pautado na modernização é "[...] um desenvolvimento desigualmente combinado, ou seja, permite o crescimento econômico para a burguesia em detrimento do aumento da miséria e da exploração do trabalho." (PAIVA SILVA, 2011, p. 48). Tal concepção também é defendida por Mendonça (2004) ao analisar as transformações espaciais no Sudeste Goiano, oriundas da *urdidura* do capital e do trabalho na região. Nesse contexto a modernização agrícola se dá a partir da difusão de ideias que concebiam as áreas de Cerrado como "vazios demográficos", áreas improdutivas e subutilizadas. Esta modernização deve ser,

> [...] compreendida na perspectiva da modernização do capital, portanto como modernização conservadora. A modernização patrocinada pelo capital será sempre conservadora, pois reproduzirá de forma mais sofisticada a dominação, a exploração e a precarização do trabalho no processo de criação do valor e da apropriação sujeição da renda da terra (MENDONÇA, 2004, p. 27).

No setor agroindustrial lácteo, tem sido papel do Estado, estimular o "desenvolvimento" por meio de políticas públicas e projetos de desenvolvimento regional que na prática se consolidam na transformação de formas de organização e trabalho tradicional por modelos de produção e organização inseridos na lógica da acumulação e reprodução capitalista e, portanto, também tem sido uma modernização conservadora conforme evidencia Mendonça (2004).

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

A modernização da produção leiteira em Goiás tem sido conservadora e excludente, pautada na concentração de renda e precarização do trabalho, conforme afirma Costa e Silva (2005). Na sua pesquisa, o autor, enfatiza que a pecuária leiteira é pautada em processos modernizantes, mas reacionários, mantendo relações de trabalho atrasadas, por isso, conservadora. Mais a frente, argumenta que na pecuária leiteira,

> [...] não há como responsabilizar apenas um ou outro grupo social por essa situação. [...] produtores rurais abraçam entusiasticamente novos modelos de produção porque percebem a possibilidade de compensar os custos adicionais das novas tecnologias com a intensificação da exploração sobre o trabalhador. [...] Todos os segmentos envolvidos na assistência técnica e creditícia do leite contribuem com essa postura: técnicos a serviço dos laticínios estimulam a super-exploração do trabalhador; os órgãos de extensão do Estado se omitem diante da questão; os organismos de crédito também se omitem. [...] (COSTA e SILVA, 2005, p. 52).

A inovação técnica e tecnológica da produção leiteira no País é fomentada pela propagação da concepção modernizante do campo no País. As políticas agrícolas visam à profissionalização e a especialização da atividade leiteira e para isso exigem dos produtores a modernização da produção para se inserirem no mercado. Para atender a tais exigências torna-se necessário o uso de tecnologias para o aumento da produção, da produtividade e, sobretudo, da qualidade do leite produzido. Nesse processo é preciso considerar as inúmeras ações políticas, econômicas, sociais e culturais que acompanharam o processo de modernização agropecuária de um modo geral e que, da mesma forma, fazem parte da modernização da produção leiteira e da territorialização do capital agroindustrial lácteo nas áreas de Cerrado.

Mendonça (2004) afirma que durante a modernização agrícola em Goiás,

> [...] foram construídas ações políticas (planejamento econômico), ações econômicas (capital privado nacional e transnacional), as ações sociais (melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida da população local e regional) e ações culturais (ideologia do atraso, do isolamento) entre tantas outras argumentações, com o intuito de criar *consensos sociais*, em torno da implementação das atividades

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

> modernizantes na agropecuária do Planalto Central (MENDONÇA, 2004, p. 28).

A modernização da pecuária leiteira amplamente difundida está pautada na utilização de tecnologias. Estas tecnologias envolvem a adoção de pacotes tecnológicos (rebanho selecionado e insumos), manejo e gestão profissionalizados, assistência técnica, qualificação profissional, granelização do transporte do leite, ordenha mecanizada, dentre outros aspectos. Partindo desse princípio, para atender às novas exigências do mercado lácteo, os produtores necessitam de capital para investir na modernização da produção e, por conseguinte, se inserir na lógica da acumulação capitalista.

Tendo em vista que atividade leiteira é praticada, em sua maioria, por pequenos produtores e em pequenas propriedades, o capital necessário para investir na inovação tecnológica, quase sempre é conseguido por meio de empréstimos pessoais, junto às instituições públicas e privadas. No entanto, uma grande parcela dos produtores, principalmente os pequenos, não tem acesso às linhas de crédito, e descapitalizados, ficam à margem das normas de produção e qualidade consideradas ideais pelos órgãos de fiscalização, e pelos agentes de comercialização dos produtos lácteos. Dessa forma, muitos deixam de se dedicar à atividade, outros, continuam atuando no ramo, mas se constituem nos chamados produtores informais, ou conforme denominados por muitos autores como “produtores clandestinos”. Nesse sentido é fundamental conhecer as normativas institucionalizadas pelo Estado para a produção no setor lácteo e compreender os efeitos das mesmas sobre os diferentes produtores.

AS NORMATIVAS SANITÁRIAS E O SETOR AGROINDUSTRIAL LÁCTEO BRASILEIRO

A ação do Estado enquanto agente normatizador no setor agroindustrial lácteo brasileiro está relacionado às normativas sanitárias, que por sua vez estão vinculadas às políticas estatais que garantem a territorialização do capital agroindustrial no campo. Isso porque as políticas de incentivo para a melhoria da

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

qualidade do leite *in natura* estão relacionadas à modernização da produção, o que favorece aos interesses do capital.

Paiva Silva (2011) assegura que,

> Esse modelo de "desenvolvimento" da agricultura, orquestrado com a tutela do Estado, tem se consolidado tendo a função de garantir a apropriação da terra pelo capital, seja através do controle de produção a partir da monopolização indireta, ou na aquisição de grandes áreas o que promove a territorialização do capital no campo. Desse modo, o Estado tem desempenhado um papel essencial para garantir a ampla investida da inserção do capital na agricultura (PAIVA SILVA, 2011, p. 49).

As exigências quanto à qualidade do leite produzido para o mercado são garantidas pelas normas de fiscalização, tais como, a Instrução Normativa 51 e a Instrução Normativa 62, e ainda, pelas políticas de preços aplicadas pelos laticínios, nas quais o preço pago pelo leite ao produtor irá corresponder à quantidade e à qualidade do produto lançado no mercado. Além disso, estão os novos padrões ideológicos que incentivam o consumo do leite longa vida, em detrimento do consumo do leite *in natura*.

A Instrução Normativa 51(IN 51) foi publicada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no dia 18 de setembro de 2002. Esta normativa foi elaborada diante da necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção, armazenamento e transporte do leite de vaca. Aprova ainda, regulamentos técnicos de produção, identidade e qualidade do leite tipo A, B e C, pasteurizado e refrigerado cru e, sobretudo, estabelece prazos para adequação às normas estabelecidas. Dentre as condições higiênico-sanitárias gerais para a produção do leite estão especificados procedimentos desde a ordenha, refrigeração e transporte até os padrões de qualidade físico-químicos a serem atingidos pelo leite nos diferentes tipos.

No que se refere aos critérios estabelecidos pela IN 51 o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2005) destaca que as exigências estabelecidas evidenciam a marginalização dos pequenos produtores de leite, uma vez que para estes tem sido mais difícil promover a modernização de suas propriedades, se adequarem às normas e manterem-se no mercado formal do produto. Além disso, as

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

determinações desta normativa atendem aos anseios do capital e favorecem as empresas, em sua maioria, transnacionais que atuam na venda de equipamentos e insumos necessários para que os produtores atuem em conformidade com as normas exigidas. A IN 51 é vista como um problema pelos movimentos sociais como uma imposição que dificulta a permanência dos produtores na atividade leiteira, pois caso fosse efetivamente aplicada em 2005 conforme suas diretrizes, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cerca de 90% dos produtores seriam considerados inaptos para o setor. É evidente que a busca por qualidade do leite a ser comercializado e consumido deve ser uma meta para os produtores, mas isso deve ser uma melhoria gradativa e não uma imposição conforme dispunha a IN 51. Esta normativa continua em vigor, entretanto diante das necessidades do setor surge uma proposta de adaptação gradativa às suas exigências, garantidas pela IN 62.

A Instrução Normativa 62 (IN 62) foi publicada no dia 29 de dezembro de 2011 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em resposta às dificuldades oriundas da implantação da IN 51. A IN 62 define um novo cronograma para a adaptação gradativa dos produtores às normas estabelecidas pela IN 51, uma vez que ficou evidente a dificuldade encontrada pelo produtor brasileiro, devido aos problemas apontados pelos técnicos do setor. Além disso, esta Normativa muda os limites de Contagem Bacteriana Total (CTB), Contagem de Células Somáticas (CCS), a instituição de uma Comissão Técnica Consultiva pelo MAPA para avaliar as ações voltadas para a melhoria da qualidade do leite no Brasil, o que possibilita a implantação de programas de assistência técnica, extensão rural, crédito e melhoria de infraestrutura e logística (energia elétrica, estradas). Outro aspecto importante é o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, pois fixa a identidade e os requisitos mínimos de qualidade que o leite deve apresentar nas propriedades rurais, matéria prima para o leite o leite UHT, mais consumido no Brasil, com mais de 70%, que não é classificado como A, B ou C (PITHAN e SILVA, 2012).

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

AS POLÍTICAS ESTATAIS DE MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA EM GOIÁS

Dentre as ações do Estado na promoção da modernização da pecuária leiteira em Goiás pode-se citar o Goiás Fomento Rural, um programa da Agência de Fomento de Goiás (S/A) que visa o desenvolvimento da bacia leiteira e da indústria láctea em Goiás, a manutenção e fixação do homem no campo e o desenvolvimento regional com foco no campo. Para tanto oferece crédito rotativo ao produtor rural por intermédio do laticínio, para a construção de benfeitorias, aquisição de máquinas, implementos, equipamentos e peças, aquisição de gado especializado, embriões e sêmen, insumos agropecuários e contratação de serviços. Nesse caso, o produtor solicita o empréstimo junto ao laticínio, que prepara a documentação e envia à Goiás Fomento. Esta por sua vez, libera o crédito ao produtor rural, que terá o valor das parcelas descontadas no pagamento mensal do leite e, a agroindústria repassa o pagamento (GOIÁSa, 2012).

A implantação do Goiás Fomento Rural garante a Agência uma forma de investimento financeiro no setor de modernização rural incentivando o aumento da produção, da produtividade e da qualidade do leite *in natura* no Estado. Ao mesmo tempo, garante o fornecimento de matéria prima para a agroindústria, que terá condições de atender as demandas do mercado de produtos lácteos, e ainda, garantir a fidelidade do fornecimento por parte do produtor beneficiado. O produtor, por um lado, terá acesso ao crédito rápido e estará inserido na lógica de mercado modernizando sua produção, por outro lado, estará se endividando e perdendo seu poder de negociação de preços junto aos laticínios. Nesse ciclo, o capital garante sua reprodução e a *sujeição da renda da terra*.

Tem-se ainda alguns projetos com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento da produção e da produtividade do leite em Goiás, e principalmente, melhorar a qualidade do produto que foram criados em parceria entre a Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Dentre eles, podem-se citar: o Mercado Leite, o Programa Balde Cheio e a Gestão da Pecuária Leiteira. Tem-se ainda a realização de eventos, tais

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

como, o 3º Goiás Leite, realizado em março de 2012 e o XI Congresso Internacional do Leite, que acontecerá em Goiânia (GO) em novembro de 2012.

O Programa Mercado Leite tem como objetivo orientar os produtores acerca de fatores que influenciam no preço e na comercialização do leite, permitindo que os produtores e trabalhadores rurais, técnicos e demais agentes que atuam na atividade leiteira tenham conhecimento sobre custos de produção, rentabilidade e avaliação de mercado do leite. O principal objetivo do Programa Balde Cheio é promover o desenvolvimento da pecuária leiteira, por meio da implantação de tecnologias e formação de assistência técnica, que servirão de multiplicadores desse conhecimento para os produtores e demais agentes do setor. O Projeto Gestão da Pecuária Leiteira (PGPL) tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da família rural, estimulando a utilização de técnicas simples, para melhorar a produção e aumentar a rentabilidade das famílias. O produtor passa a entender a situação de sua propriedade e aprende a gerenciar o seu negócio, produzindo leite de qualidade e com baixo custo (GOIÁSb, 2012).

Quanto aos eventos promovidos para debater a realidade da produção do leite no Brasil e em Goiás, tem-se, como exemplo, o 3º Goiás Leite realizado em seis municípios goianos com a presença de produtores de leite, sindicatos, laticínios e comunidade em geral. No decorrer dos seminários foram apresentados aos participantes informações sobre a melhoria da qualidade do leite para aumentar a renda do produtor e sobre a gestão da propriedade leiteira (GOIÁSb, 2012).

Tanto os projetos e programas de capacitação quanto os seminários realizados são promovidos pelas agências estatais, por meio de suas instituições, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Além disso, têm como principal objetivo capacitar o produtor, para que este permaneça na atividade leiteira, garantindo produção, produtividade e qualidade do produto, além da sua inserção no mercado. Isso ficou evidente durante a realização do 3º Goiás Leite, no seminário realizado em Corumbaíba (GO), no dizer de um dos palestrantes, “[...] produzir leite de qualidade é uma demanda nacional [...] o leite é um alimento [...] o ramo de produção não permite “amadores”, é preciso ter profissionalismo por menor que seja

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

o produtor ele deve ver sua propriedade como uma empresa" (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

As políticas estatais de modernização e desenvolvimento econômico regional em Goiás foram implantadas por meio de programas como o FCO, o Fomentar e Produzir. Tais programas fazem parte do conjunto de ações do Estado em favor da territorialização do capital nas áreas de Cerrado e são advindas, também, do processo de modernização agrícola desde os anos de 1970 e 1980. Assim,

> [...] o desenvolvimento industrial de Goiás, a partir dos anos 1990, é em grande medida, um desdobramento do processo de modernização agrícola dos anos 70 e 80. O caráter conservador daquela modernização, fortemente concentradora de renda e propriedade, reflete-se no movimento da industrialização oferecendo limitadas oportunidades de inclusão da pequena e média produção rural e urbana na dinâmica econômica liderada pelos grandes complexos agroindustriais (CHAVES, 2009, p. 94).

Segundo Chaves (2009) o Fomentar nasceu do Fundo de Expansão da Indústria e Comércio do Estado de Goiás (FEICOM), criado em 1970, com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros, bem como, infraestruturas e contribuir para a desconcentração industrial do sudeste do País. O programa durou 10 anos e concluiu mais de 90 projetos. Já o novo Programa Fomentar, ligado oficialmente ao FCO, durou de 1984 a 2000, com mais de 1.565 projetos. As desvantagens do programa referem-se à falta de direcionamento para micro e pequenas empresas.

Acerca do novo Programa de Incentivo Fiscal denominado Produzir, Chaves (2009) diz que este tem o objetivo de contemplar o micro, pequeno, médio e grande empreendimento, atuando em forma de financiamento, reduzindo o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) mensal para as empresas beneficiadas, sendo utilizado como um empréstimo financeiro e não apenas fiscal. A legislação do Produzir foi alterada de forma a adequar o Programa às novas diretrizes da política industrial assegurando mais agilidade nos processos de concessão e contratação de benefícios com uma maior seletividade. Para Rosa Paschoal (2011) o Produzir,

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

> [...] limitou o prazo de fruição em 15 anos, enquadrou todos os segmentos sociais organizados e foi mais além, criando alguns braços tais como: Logproduzir, Centroproduzir, Comexproduzir, visando incentivar várias atividades econômicas, no intuito de promover o desenvolvimento local e regional. [...] Aliado a estes benefícios, outros foram criados no cerne da Fazenda Pública Estadual com destaque: a redução na base de cálculo, crédito outorgado e o crédito especial para investimentos, limitados a 40% dos investimentos fixos (ROSA PASCHOAL, 2011, p. 01).

Os programas como o Produzir e as políticas referentes ao ICMS estão presentes em todos os municípios goianos e foram/são utilizados por diversas empresas no estado, dentre elas o Laticínio Italac Alimentos. De acordo com Chaves (2009) tais programas têm como principais objetivos

> [...] transformar Goiás em um polo agroindustrial de crescente importância no cenário nacional e internacional, fazendo da expansão e modernização da indústria um motor para o desenvolvimento sustentável (do ponto de vista econômico, social, regional e ambiental) do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação das estruturas produtivas, o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais, a diversificação da capacidade produtiva, a revitalização de unidades industriais paralisadas, e a relocalização de unidades industriais motivadas por fatores estratégicos (CHAVES, 2009, p. 92).

O Produzir vem incentivando nos últimos anos a instalação de uma série de empresas no território goiano, tais como, a Mitsubishi Motors em Catalão (GO) (SANTANA, 2011). No que se refere à territorialização da agroindústria laticinista Italac Alimentos em Corumbaíba (GO), as políticas de incentivo ao desenvolvimento industrial, criadas pelo governo estadual e municipal foram fundamentais para a sua instalação e ampliação. Este assunto será abordado no próximo item.

AS POLÍTICAS ESTATAIS E A TERRITORIALIZAÇÃO DA ITALAC ALIMENTOS EM CORUMBAÍBA (GO)

A territorialização da Italac Alimentos em Corumbaíba (GO) está relacionada a uma série de fatores que contribuíram para sua instalação no Município. Dentre estes fatores estão: a significativa produção da bacia leiteira do Município e demais municípios da região; a sua posição geográfica que facilita o escoamento de

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

mercadorias; o fato de seus proprietários serem nascidos e criados em Corumbaíba (GO); a existência de mão de obra barata e sem qualquer organização sindical e reivindicatória no local; e, principalmente, os incentivos fiscais oferecidos pelo governo de Goiás e pela Prefeitura Municipal de Corumbaíba para sua instalação e ampliação por meio de programas de incentivo à indústria tanto no âmbito estadual como municipal, como por exemplo, o Produzir. Aos *olhos do capital* todos esses são atrativos para a instalação da Italac Alimentos em Corumbaíba, todavia será destacada a influência do Estado nesse processo.

O município de Corumbaíba ingressou no Fomentar em 04 de julho de 1994, pela Lei Municipal nº 210/94. Já em 21 de julho do mesmo ano foi adquirida pela Prefeitura Municipal uma gleba de terras com 48.400 m², às margens da Rodovia GO 139, destinada à implantação do Distrito Industrial no Município, conforme a Lei nº 211/1994. Desde então são oferecidos por parte do governo municipal uma série de concessões fiscais e de infraestrutura para as indústrias que ali pretendam se instalar. A Lei Municipal nº 566/06, de 10 de maio de 2006, instituiu o Programa Municipal de Apoio a Empresas, que dispõe sobre a concessão de incentivos à instalação e ampliação de empresas comerciais, indústrias e de serviços, e ainda, concede às empresas interessadas a doação de terrenos, serviços de terraplanagem, construção de infraestrutura básica, abertura e pavimentação de vias de acesso, construção de galerias pluviais e redes de esgoto, bem como, aterros sanitários e demais infraestruturas necessárias.

No caso da Italac Alimentos foi feita a doação do terreno para a instalação, e posteriormente uma série de ampliações que a empresa vem fazendo em seu parque industrial. Uma das doações para a Italac Alimentos foi feita no primeiro semestre de 2005 conforme consta no Anteprojeto de Lei nº 003/2005 que autorizou o Executivo Municipal a adquirir e doar um novo terreno para a empresa, cuja área de 37.639,60 m², foi destinada a implantação da fábrica de leite condensado, creme de leite e leite em pó.

Assim, o Estado em âmbito municipal, seguindo a mesma lógica desenvolvimentista nos âmbitos federal e estadual, contribui para a territorialização do capital em Corumbaíba por meio de uma série de concessões às empresas que

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

desejam se instalar, ou mesmo, ampliar suas instalações. Os programas de incentivo implantados são justificados pela possibilidade de promover o progresso socioeconômico e da infraestrutura, e ainda, na geração de empregos e renda dos cidadãos. Nesse sentido, as empresas se beneficiam das ofertas e garantem a acumulação e reprodução do capital enquanto o governo municipal desenvolve estratégias de aumento de postos de trabalho na cidade e afirma contribuir para o aumento da renda e do desenvolvimento do Município.

Dessa forma, a territorialização da agroindústria laticinista em Corumbaíba (GO) está relacionada à modernização agrícola e conta com o apoio do Estado. Este apoio, dentre outros aspectos, é fortalecido pela difusão de concepções ideológicas que reforçam a necessidade urgente de progresso e desenvolvimento regionais e locais mediante a instalação de indústrias e a modernização agropecuária. Esse discurso é reproduzido pelas instituições estatais em todos os âmbitos. Em Corumbaíba, a Italac Alimentos é vista pelas lideranças políticas municipais, assim como, pela maioria da população, como uma grande propulsora do desenvolvimento do Município, uma vez que o representa a nível nacional, além de oferecer emprego e renda para os moradores, dinamizando a economia municipal.

O reconhecimento social da empresa, assim como, seu papel de sujeito no desenvolvimento local e a participação do governo municipal na sua territorialização também se evidenciam nos seguintes depoimentos dos moradores de Corumbaíba (GO),

> Tanto acredito como sou testemunha dessa influência [...] É a Prefeitura a responsável direta pela presença desta grande empresa em nossa cidade, além de outras, como a Martins, Ciprovet, a Cerâmicas Beija-Flor e a Cerâmica Corumbá. [...] (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

> A Italac é vista na cidade como uma grande empregadora, importante para o Município. É um orgulho para nós corumbaibenses saber que aqui tem a Italac, [...] fora daqui o pessoal questiona: nossa! É uma cidade tão pequena e tem uma empresa tão grande. Então a Italac é uma referência para nós. [...] (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Nessa perspectiva, o propósito de desenvolver o Município por meio do fomento aos investimentos de empresas se evidencia pelas concessões feitas por

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

parte do governo municipal às empresas, tais como, a Italac Alimentos, tanto por incentivos ficais, quanto pela doação de terrenos e infraestruturas para sua instalação e ampliação. Além disso, os moradores locais e o poder público municipal enfatizam a contribuição da agroindústria laticinista por meio do reconhecimento social atribuído a empresa. Como exemplo, tem-se o prêmio *Os construtores de Corumbaíba,* concedido à equipe gestora da empresa no mês de maio de 2012. A premiação foi realizada pela Câmara Municipal dos Vereadores e pela Prefeitura Municipal de Corumbaíba, em comemoração ao centenário de emancipação política do Município.

CONCLUSÕES

Mesmo na chamada fase da auto regulação do complexo lácteo o Estado se faz presente, "[...] já que o processo de integração indústria e agricultura não se deu à margem das relações entre as grandes empresas, os grupos econômicos e o Estado." (FIGUEIREDO; PAULILLO, 2005, p. 173). Essa fase, marcada pela reestruturação produtiva do capital e pelas políticas neoliberais conta com a participação do Estado, como agente regulador, e também, por meio das políticas públicas de desenvolvimento regional e modernização agropecuária.

Assim, a expansão do capital agroindustrial lácteo contou/a com o apoio das ações políticas estatais e, nas áreas de Cerrado, sobretudo, no Sudeste Goiano, está relacionado à modernização agrícola a partir dos anos 1970, e ainda, à expansão da agroindústria nos anos 1990. Em ambos os momentos, as ações do Estado foram/são norteados no sentido de garantir a reprodução do capital, mostrando-se subordinado ao modo capitalista de produção, reproduzindo as contradições presentes na sociedade e influenciando na relação capital x trabalho. Isso porque mantem as desigualdades sociais no campo e na cidade, assim como as intensas explorações ambientais e do trabalho. As ações estatais contam ainda com o ideário de desenvolvimento difundidos amplamente pelos aparelhos ideológicos, onde a modernização e o desenvolvimento encontram-se intimamente relacionados.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

Especificamente, na cadeia produtiva do leite, observa-se a participação massiva do Estado, nos diferentes âmbitos, no sentido de promover a modernização conservadora e a territorialização do capital no campo, bem como, o desenvolvimento da agroindústria. As ações estatais se evidenciam em diversos aspectos, dentre os quais estão: a regulamentação, por meio das IN51 e IN62, em vigor; as agências e programas de fomento e incentivo à modernização da produção leiteira; e programas de incentivos e concessões para o desenvolvimento de indústrias, dentre elas, as agroindústrias.

No que se refere à territorialização da Italac Alimentos em Corumbaíba (GO) nota-se a participação do Estado como um dos principais atrativos para a instalação da empresa no Município. Esta influência se evidencia por meio das políticas e programas de incentivo à instalação de indústrias e à ampliação e modernização da pecuária leiteira, a nível estadual e, sobretudo, por meio de leis municipais de incentivo às indústrias, no âmbito municipal.

Vale ressaltar que as reflexões aqui apresentadas constituem parte da pesquisa de Mestrado, em andamento, portanto não possuem cunho conclusivo, tampouco pretende esgotar o estudo acerca da territorialização da Italac Alimentos em Corumbaíba (GO). Todavia, irão contribuir para tentar (des)velar alguns dos aspectos que viabilizaram, bem como, evidenciar a participação do Estado e das políticas estatais na territorialização da empresa no Município.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Aurélio Ricardo Troncoso et al. **Políticas de incentivo e a localização industrial no sudoeste goiano**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Faculdades Alves Faria, Goiânia.

COSTA E SILVA, Margot Riemann. Modernização da pecuária leiteira em Goiás concentra renda e não beneficia trabalhadores. In: **UFG revista**: ensino pesquisa extensão cultura Brasil rural. Goiânia, ano 7, n. 1, p. 50-53, jun. 2005.

FIGUEIREDO, Jeovan de Carvalho; PAULILLO, Luís Fernando. Gênese, modernização e reestruturação do complexo agroindustrial lácteo brasileiro. In: **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 173-187, 2005.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 100 – 120

GOIÁSa. **Agência de Fomento de Goiás (Goiás fomento).** Crédito para o desenvolvimento. 2012.

Goiásb. **Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás**. Disponível em: <http://www.sistemafaeg.com.br>. Acesso em: 18 de junho de 2012.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** 2. ed.São Paulo: Loyola, 2005.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo segundo Engels:** Marx e Engels na História. Humanitas, 1996

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano,** 2004. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, 2004.

MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). **MPA e o problema do leite:** organizar, produzi e alimentar. Brasília: Centro empresarial Asa Sul, 2005.

PAIVA SILVA, Gedeval. **Os territórios em disputa às margens da Barragem de Anagé-Bahia:** terra e água de trabalho versus terra e água de negócio, 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PAULILLO, Luiz Fernando; HERRERA, Vânia Érica; COSTA, Luciana Machado da. A reestruturação agroindustrial láctea brasileira e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto, SP. In: _____.; ALVES, Francisco. (Orgs.) **Reestruturação Agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. 1. ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p. 153-22.

PITHAN E SILVA, Rosana de Oliveira. **Reflexão sobre o adiamento da implementação da Instrução Normativa 51**. Disponível em: <www.milkpoint.com.br>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

ROSA PASCHOAL, Júlio. **Incentivos Fiscais x Política Industrial.** Disponível em: **<**http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj1/06.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2012.

SANTANA, Alex Tristão de. **A territorialização da indústria automobilística em Catalão e as mudanças no trabalho.** 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão.